

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas, A Administração da Energyworks do Brasil S.A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

				<i>Em milhares de reais</i>		
	Nota	2013	2012	Nota	2013	2012
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.181	30.210			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	4.450	5.994			
Títulos e valores mobiliários		31	7			
Impostos e contribuições a recuperar	6	4.544	3.861			
Despesas pagas antecipadamente		1.701	825			
Outros ativos circulantes	9	9.187	9.353			
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>67.094</b>	<b>50.250</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e valores mobiliários		272	807			
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.820	2.603			
Dividendos a receber	7	7.152	7.209			
Depósitos judiciais		16	-			
Investimentos	7	24.195	25.259			
Intangível	8	60.753	70.665			
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>94.218</b>	<b>106.559</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>161.312</b>	<b>156.809</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

						<i>Em milhares de reais</i>		
	Capital Social	Reservas de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido				
	117.964	965	13.751	132.680				
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2012</b>								
Lucro líquido do exercício	-	-	14.623	14.623				
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	(13.751)	(13.751)				
Destinações:								
Reserva Legal	-	731	(731)	-				
Juros sobre capital próprio	-	-	(6.761)	(6.761)				
Dividendos propostos	-	-	7.131	7.131				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>117.964</b>	<b>1.696</b>	<b>7.131</b>	<b>126.791</b>				
Aumento de Capital	-	-	18.680	18.680				
Lucro líquido do exercício	-	-	(7.130)	(7.130)				
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-				
Destinações:								
Reserva Legal	-	934	(934)	-				
Juros sobre capital próprio	-	-	(6.251)	(6.251)				
Dividendos propostos	-	-	11.495	11.495				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>117.964</b>	<b>2.630</b>	<b>11.495</b>	<b>132.089</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

#### 1 Informações Gerais

A Energyworks do Brasil Ltda. ("Energyworks" ou "Sociedade") é uma sociedade por quotas com personalidade limitada, constituída em 26 de fevereiro de 1997 e controlada pela Neoenergia S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 78, 10º andar, parte. A Sociedade tem por objeto desenvolver, possuir e comercializar sistemas energéticos. Seu modelo de negócios contempla a concepção, desenvolvimento e implantação de centrais de cogeração, com contratos de longo prazo, de 15 a 20 anos de duração. As plantas são de propriedade da empresa, que também é responsável pela operação e manutenção das instalações, fornecendo aos clientes energia elétrica e vapor. Possui 5 centrais de cogeração de energia elétrica e vapor próprias e uma de sua subsidiária direta Capuava Energy Ltda., todas autorizadas pela ANEEL como Produtores Independentes de Energia: i. **Central de Cogeração Heineken Pacatuba (5,6 MW):** A Central de Cogeração é composta por dois grupos geradores com motores a gás, operando sincronizados com a rede e fornecendo energia para a cervejaria Heineken, em Pacatuba/CE. A central de cogeração fornece também todo o vapor requerido pela cervejaria através de uma caldeira de recuperação que aproveita o calor do escape dos motores e uma caldeira convencional a gás natural. ii. **Central de Cogeração Brahma Rio (14,7MW):** A planta é composta por três grupos turbo-geradores acionados por turbinas a gás acopladas a três caldeiras de recuperação, que aproveitam o calor do gás exausto das turbinas e produzem o vapor requerido pela fábrica da AmBev em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Para aumentar a produção de energia elétrica, que é fornecida à cervejaria, há um sistema de resfriamento do ar na entrada das turbinas que utiliza um chiller de absorção. iii. **Central de Cogeração Corn Products Mogi-Guaçu (34,9MW):** A Central de Cogeração Corn Mogi é uma planta de ciclo combinado, composta por dois grupos geradores acionados por turbinas a gás, duas caldeiras de recuperação de média pressão e um grupo gerador acionado por turbina a vapor do tipo de contra-pressão com extração, que expande o vapor até os níveis de pressão em que ele é utilizado no processo da fábrica de Mogi-Guaçu/SP da Ingredion Brasil - Ingredientes Industriais Ltda. As caldeiras de recuperação são dotadas de um sistema de aquecimento do seu processo, vapor que é expandido na turbina a vapor, sendo então reenviado à Braskem para utilização em seu processo de produção. iv. **Central de Cogeração Corn Products Balsa Nova (10,7MW):** A Central de Cogeração Corn Balsa é composta por um grupo turbo-gerador acionado por turbina a gás e uma caldeira de recuperação, que aproveita o calor dos gases exaustos da turbina, produzindo vapor em baixa pressão que é enviado diretamente ao processo da fábrica de Balsa Nova/PR da Ingredion Brasil - Ingredientes Industriais Ltda., que também consome a energia produzida na cogeração. v. **Central de Cogeração Capuava Energy (17,0 MW):** A planta de cogeração da Capuava é composta por um grupo gerador acionado por turbina a vapor do tipo de contrapressão, instalado nas dependências da Braskem em Santo André/SP, que consome toda a energia gerada na cogeração. A Braskem fornece o vapor de alta pressão gerado nos fornos de craqueamento do seu processo, vapor que é expandido na turbina a vapor, sendo então reenviado à Braskem para utilização em seu processo de produção. A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

#### 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

**2.1. Base de apresentação**  
As demonstrações financeiras da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**2.3. Reconhecimento de receita**  
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.4. Imposto de renda e contribuição social correntes**  
As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

**2.5. Imposto sobre vendas**  
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**2.6. Instrumentos financeiros**  
a) **Ativos financeiros**  
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) **Mensuração subsequente dos ativos financeiros**  
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas e custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**  
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

**2.8. Contas a receber de clientes e outros**  
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

**2.9. Títulos e valores mobiliários**  
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente às datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

**2.10. Investimentos**  
Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.11. Imobilizado**  
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

**2.12. Impairment de ativos não financeiros**  
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

**2.13. Intangível**  
Compreende as faixas de serviços permanentes e software de manutenção de sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**2.14. Taxas regulamentares**  
a) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**  
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**2.15. Distribuição de dividendos**  
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPB 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Sociedade estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por Sociedade independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Sociedade registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Sociedade distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Sociedade.

**2.16. Provisões**  
A Sociedade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Sociedade também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Sociedade é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

**2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

**2.18. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
As operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Sociedade, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

**2.19. Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**  
As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**IFRS:**  
**Norma** \_\_\_\_\_ **Assunto**  
**IFRIC 21** \_\_\_\_\_ **"taxas"**  
**IFRS 9** \_\_\_\_\_ **"Instrumentos Financeiros"**

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Sociedade.

#### 3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

**3.1. Julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.2. Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) **Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas**  
A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e depósitos bancários à vista

Aplicações financeiras de liquidez imediata:

Fundos de investimento

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do costista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

**5 Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber**

Títulos a receber

Comercialização de energia na CCEE

Total

Circulante

Não circulante

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	Nota	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	15	<b>62.060</b>	<b>64.688</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	16	<b>(46.796)</b>	<b>(52.861)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>15.264</b>	<b>11.827</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.176)	(2.454)
Resultado de participações societárias		4.314	4.556
Equivalência patrimonial	7	5.478	5.720
Amortização de ágio	7	(1.164)	(1.164)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>18.402</b>	<b>13.929</b>
Receitas financeiras	17	3.158	1.725
Despesas financeiras	17	(306)	(266)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>21.254</b>	<b>15.388</b>
Imposto de renda e contribuição social	11	(2.574)	(765)
Corrente	11	(2.574)	(765)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>18.680</b>	<b>14.623</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

*Em milhares de reais*

	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>	<b>20.233</b>	<b>20.122</b>
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	18.680	13.929
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação e amortização	11.543	13.908
Equivalência patrimonial	(5.478)	(5.720)
Amortização de ágio, líquida	1.164	1.164
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	178	(156)
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	133	492
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	45	-
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>28.839</b>	<b>25.076</b>

Contas a receber de clientes e outros

IR e CSLL a recuperar

Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL

Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio

Depósitos judiciais

Despesas pagas antecipadamente

Outros ativos

**AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS**

Fornecedores

Salários e encargos a pagar

Taxas regulamentares

Imposto



	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	-	10	13
Juros sobre capital próprio	-	-	28	68
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	3.312	1.373
<b>Total</b>				
	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	21.254	21.254	15.388	15.388
Juros sobre capital próprio	(6.251)	(6.251)	(3.959)	(3.959)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>15.003</b>	<b>15.003</b>	<b>11.429</b>	<b>11.429</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>3.751</b>	<b>1.350</b>	<b>2.857</b>	<b>1.029</b>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
<b>(+) Adições</b>				
Amortização ágio participação societária	292	105	219	79
Depreciação veículos executivos	2	1	17	6
Participação no resultado	146	52	113	41
Outras adições	88	32	44	16
<b>(-) Exclusões</b>				
Equivalência patrimonial	(1.370)	(493)	(1.037)	(373)
Incentivo fiscal SUDENE	(1)	-	(2)	-
Outras exclusões	(204)	(63)	(1.361)	(158)
<b>Imposto de renda e contribuição social no período</b>	<b>(1.575)</b>	<b>(556)</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(531)</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(820)	(295)	(533)	(192)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.885	689	317	448
<b>Corrente</b>	<b>1.885</b>	<b>689</b>	<b>317</b>	<b>448</b>
Recolhidos e pagos	2.612	907	275	434
A pagar	(727)	(218)	42	14
<b>Total</b>	<b>1.885</b>	<b>689</b>	<b>317</b>	<b>448</b>

## 12 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o previsto no estatuto social da Sociedade, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A". A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	17.192	14.623
Constituição da reserva legal	(860)	(731)
Base de cálculo do dividendo	16.332	13.892
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>4.083</b>	<b>3.473</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos</b>		
Total bruto	16.332	3.473
A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:		
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio</b>		
Saldos em 1º de janeiro de 2012	4.584	-
Declarados	20.512	20.512
Pagos no período	(4.584)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>20.512</b>	
Propostos	13.381	13.381
Pagos no período	(13.891)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>20.002</b>	

	31/12/13	31/12/12
<b>13 Provisões</b>		
As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:		
	<b>Contingências</b>	
	Trabalhistas	Ambientais
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	-	1.567
Constituição	-	-
Baixas/reversão	-	-
Atualização	-	158
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	-	<b>1.725</b>
Constituição	45	-
Baixas/reversão	-	-
Atualização	2	174
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>47</b>	<b>1.899</b>

	31/12/13	31/12/12
<b>Contingências trabalhistas</b>		
Ex-empregados da Companhia	47	47
Total	47	47
<b>Contingências fiscais</b>		
ICMS	1	-
ISS	290	-
INSS	20	-
Total	311	-
<b>Contingência ambiental</b>		
Licença ambiental	1.899	1.725
Total	1.916	1.725

	31/12/13	31/12/12
<b>14 Patrimônio Líquido</b>		
<b>Capital social</b>		
A composição do capital social realizado por quotas e sócios em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:		
<b>Sócio</b>	<b>Quotas</b>	<b>%</b>
Neoenergia S.A.	214.479.362	100,00%
Neoenergia Investimentos S.A.	1	-
<b>Total</b>	<b>214.479.363</b>	<b>100,00%</b>
<b>Sócio</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
Neoenergia S.A.	117.963.649	100,00%
Neoenergia Investimentos S.A.	1	-
<b>Total</b>	<b>117.963.650</b>	<b>100,00%</b>
<b>Reserva legal</b>		
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.		

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	25.641	29.683
Receita de geração		25.641	29.683
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		7.715	7.158
Outras receitas		48.733	45.033
<b>Total receita bruta</b>		<b>82.089</b>	<b>81.874</b>
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(20.029)	(17.186)
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>62.060</b>	<b>64.688</b>
<b>(a) Fornecimento de energia:</b>			
		<b>Nº de consumidores</b>	<b>MWh</b>
		faturados	R\$ mil
		31/12/13	31/12/12
Suprimento	5	5	428.217
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	(1)	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>428.217</b>

(b) A dedução da receita bruta está conforme abaixo:

	31/12/13	31/12/12
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS	(11.704)	(10.413)
PIS	(1.500)	(1.204)
COFINS	(6.792)	(5.544)
ISS	(14)	(12)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(19)	(13)
<b>Total</b>	<b>(20.029)</b>	<b>(17.186)</b>

## 16 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/13	31/12/12
	<b>Custos dos serviços</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>
	Ref.	Total
Pessoal	(a)	(9.500)
Entidade de previdência privada		(93)
Material		(1.444)
Combustível para produção de energia		(14.180)
Serviços de terceiros		(2.892)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		(132)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(5.400)
Depreciação e amortização	(c)	(11.543)
Arrendamentos e aluguéis		(165)
Tributos		(101)
Provisões líquidas - contingências		-
Outros ganho/perda/alienação/cancelamento/desativação		(118)
Outros	(d)	(1.228)
<b>Total custos/despesas</b>	<b>(46.796)</b>	<b>(1.176)</b>

	31/12/13	31/12/12
<b>(a) Pessoal</b>		
Remunerações	(3.096)	(4.232)
Encargos sociais	(3.468)	(2.289)
Auxílio-alimentação	(390)	(536)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.224)	(1.203)
Rescisões	(508)	(5)
Férias e 13º salário	(301)	(708)
Plano de saúde	(511)	(547)
Participação nos resultados	(492)	(690)
<b>Total</b>	<b>(9.990)</b>	<b>(10.210)</b>

	31/12/13	31/12/12
<b>(b) Energia elétrica comprada para revenda</b>		
Terceiros	(5.385)	(7.240)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(15)	(8)
<b>Total</b>	<b>(5.400)</b>	<b>(7.248)</b>

	31/12/13	31/12/12
<b>(c) Depreciação e amortização</b>		
Quota de depreciação e amortização no exercício	(11.543)	(13.908)
<b>Total</b>	<b>(11.543)</b>	<b>(13.908)</b>

	31/12/13	31/12/12
<b>(d) Outros custos e despesas</b>		
Seguros	(1.035)	(922)
Despesas de viagem	(2)	(193)
Consumo próprio e energia elétrica	(218)	(18)
Alimentação	(32)	(55)
Outros	(66)	(124)
<b>Total</b>	<b>(1.353)</b>	<b>(1.312)</b>

## 17 Resultado Financeiro

	31/12/13	31/12/12
<b>Receita financeira</b>		
Renda de aplicações financeiras	2.992	1.532
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	166	-
Variação monetária	-	193
<b>Total</b>	<b>3.158</b>	<b>1.725</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Variação monetária	(3)	-
Outras despesas financeiras	(303)	(266)
<b>Total</b>	<b>(306)</b>	<b>(266)</b>

## 18 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	31/12/13	31/12/12
<b>Empresas</b>		
Natureza de operação	Ativo	Passivo
NC ENERGIA	14	(24)
CAPUAVA	7.152	7.209
Neoenergia S.A.	13.751	13.751
Juros sobre capital próprio	6.251	6.761
<b>Total</b>	<b>20.002</b>	<b>20.512</b>

## 19 Gestão do Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Energywork efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

**Considerações Gerais e Políticas**  
A administração dos riscos financeiros da Sociedade segue o proposto na política financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. Dentre os objetivos dispostos na política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Sociedade com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa política a Sociedade monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pela Sociedade.

Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade segue a Política de Crédito do Grupo Neoenergia que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a Sociedade pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

**Gestão do Capital Social**  
A Sociedade promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Sociedade, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- **Contas a receber de clientes e outros** - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Sociedade, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**Valor Justo**  
O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Sociedade entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Sociedade entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Sociedade entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Energyworks entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros (Circulante/não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>4.450</b>	<b>4.450</b>	<b>5.994</b>	<b>5.994</b>
Contas a receber de clientes e outros	4.450	4.450	5.994	5.994
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>47.484</b>	<b>47.484</b>	<b>31.024</b>	<b>31.024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	47.181	47.181	30.210	30.210
Títulos e valores mobiliários	303	303	814	814
<b>Passivos financeiros (Circulante/não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>(2.504)</b>	<b>(2.504)</b>	<b>(4.596)</b>	<b>(4.596)</b>
Fornecedores	(2.504)	(2.504)	(4.596)	(4.596)

**Hierarquia de Valor Justo**  
A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/13 Total
<b>Ativos</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	57	47.124	-	47.181
Títulos e valores mobiliários	303	-	-	303
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>47.124</b>	<b>-</b>	<b>47.484</b>

**Fatores de Risco**  
• Riscos financeiros  
✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Sociedade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Sociedade no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>								
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	47.426	3.861	2.895	1.930	

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do exercício. No cenário